



DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: O CASO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO VALE DO PARAÍBA - CECOSE-VP

Bruno Bahia do Siqueira¹, orientador: *Profa. Maria José Acedo del Olmo*²

^{1,2} Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos – Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica – IP&D – Univap Av. Shishima Hifumi, nº 2911, Urbanova – CEP 122444-000 – São José dos Campos/SP. indivulgavel@hotmail.com, olmo@univap.br

Resumo- Este trabalho tem por objetivo a introdução ao tema da relação colaborativa entre as principais empresas da região do Vale do Paraíba e a ditadura militar. Para isso se propõe primeiramente a contextualizar a região e o período. Por intermédio de bibliografia especializada busca-se demonstrar que as características da região do Vale do Paraíba favoreceriam o surgimento de esquemas de colaboração entre empresas e as forças armadas. Igualmente, no decorrer do trabalho, busca-se expor que a própria ditadura se arquitetou em torno da colaboração com um setor da sociedade-civil a fim de organizar a perseguição e repressão ao um outro setor. Somando-se a isso, irá se utilizar de fonte documental que comprova a existência de reuniões mensais entre os representantes de empresas, representantes das forças armadas e das polícias militar e civil, no chamado Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba - CECOSE-VP.

Palavras-chave: Ditadura militar, Empresas, Colaboração, Repressão, Trabalhadores

Área do Conhecimento: Ciências Humanas/História

Introdução

O ano de 2014 tem sido abalizado por efemérides que marcaram globalmente a História, como o centenário da Primeira Guerra Mundial ou os vinte e cinco anos da queda do muro de Berlim. No Brasil, temos os sessenta anos do suicídio de Getúlio Vargas e, importante para este trabalho, os cinquenta anos do golpe civil-militar de 1964. Portanto, neste ano, tem sido notáveis as diversas iniciativas que buscam aprofundar o conhecimento sobre o período que ficou popularmente conhecido como Ditadura Militar. Diversas publicações sobre o tema têm sido lançadas. Debates, palestras e exibições de filmes têm sido acompanhadas por muitas pessoas e pela mídia. E, nesse sentido, a principal iniciativa impulsionada acerca do período foi a Comissão Nacional da Verdade – CNV.

Iniciada em 2012, com a tarefa de apurar as violações de Direitos Humanos ocorridas entre a promulgação da Constituição de 1946 e a promulgação da Constituição de 1988, a Comissão Nacional da Verdade - CNV tem fomentado, por intermédio da divisão em Grupos de Trabalho, a criação de outras comissões nos mesmos moldes pelo país. Essas comissões atuam de forma semelhante buscando trazer a público depoimentos e documentos históricos acerca dos temas tratados. No ano de 2013, em consonância com a Comissão Nacional da Verdade - CNV, foram instaladas na cidade de

São José dos Campos - SP a Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São José dos Campos “Michal Gartenkraut” e a Comissão da Verdade do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. Ambas atuando de forma semelhante: focadas no recolhimento de depoimentos e na pesquisa documental.

Desse modo, tal esforço de pesquisa tem contribuído para a evidência de documentos até então desconhecidos e que em seu conteúdo trazem nova luz acerca de temas pouco explorados ou que estavam restritos à memorialística. Assim sendo, a evidência de novas fontes tem proporcionado novidades no delineamento da pesquisa e da produção historiográfica sobre a ditadura militar permitindo que haja novas interpretações ou hipóteses explicativas. (FICO, 2004)

À vista disso, este trabalho, por se basear em resultados parciais de uma pesquisa ainda em andamento, tem por objetivo a introdução ao tema da relação colaborativa entre as principais empresas da região do Vale do Paraíba e a ditadura militar. Principalmente a partir da comprovação por fonte documental da existência, por um determinado período, de reuniões mensais entre os representantes de empresas e representantes das forças armadas, no chamado Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba – CECOSE-VP.



Metodologia

A pesquisa situa-se nas dimensões da História Social e possui abordagem qualitativa. Com relação ao conjunto de fontes, a abordagem será por intermédio da discussão de bibliografia especializada em conjunto com fontes primárias produzidas pelas Divisões de Informações dos órgãos da Aeronáutica presentes na região do Vale do Paraíba: o Centro Tecnológico da Aeronáutica – CTA e a Escola de Especialistas da Aeronáutica – EEaer.

A documentação foi encontrada por intermédio dos pesquisadores da Comissão da Verdade do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região em pesquisas no vasto acervo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - CISA que encontra-se disponibilizado pelo Arquivo Nacional – AN, localizado no Rio de Janeiro. A série documental é composta por 26 relatórios, denominados de “Informações” ou “Informes”, compreendendo o período entre 16 de julho de 1983 e 27 de setembro de 1985, das quais 17 relatam reuniões do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba – CECOSE-VP, enquanto 9 são cópias desses relatórios repassadas para outros setores das Forças Armadas. Para fins desta pesquisa a série documental foi disponibilizada por meio digitais pelo Grupo de Pesquisa da Comissão da Verdade do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

Discussão

Durante o período do golpe civil-militar de 1964 a região do Vale do Paraíba encontrava-se em franca expansão industrial. Devido sua localização privilegiada entre dois importantes centros econômicos – Rio de Janeiro e São Paulo – e as condições proporcionadas pelos poderes públicos locais, a região do Vale do Paraíba foi constantemente beneficiada por políticas governamentais que objetivavam promover o desenvolvimento econômico nacional. Principalmente a cidade de São José dos Campos, que a partir da década de 1940 vivenciou intensas transformações econômicas e sociais. Conforme ilustram os geógrafos Adriane Souza e Wanderley Costa:

na década de 1940, São José dos Campos possuía 36.702 habitantes, sendo que 60%, ou seja, 21.927 viviam no campo, e contava com 45 estabelecimentos industriais. No

período compreendido entre as décadas de 1950 a 1970, o número de indústrias instaladas salta de 65 para 284, respectivamente. (SOUZA; COSTA: 2010, p.94)

Concomitantemente, por iniciativa do Ministério da Aeronáutica, se estabeleceram na região duas importantes instalações militares: o Centro Técnico Aeroespacial – CTA, na cidade de São José dos Campos, e a Escola de Especialistas da Aeronáutica – EEaer, em Guaratinguetá. Essas instalações somavam-se ao já existente 6º Batalhão de Infantaria Leve - 6º BIL sediado na cidade de Caçapava. Dessa forma, a região do Vale do Paraíba, além de ser um centro industrial, despontava-se também por ser um centro militar. Ambas características regionais se fundiam em projetos empresariais como, por exemplo, a Embraer, e as empresas de materiais bélicos Avibras e Engesa. As três localizadas na cidade de São José dos Campos.

Por conseguinte, podemos constatar a importância estratégica da região para o regime militar. Sendo assim, em 1967, com a aprovação de uma nova Constituinte proporcionada pelo Ato Institucional nº4, a cidade de São José dos Campos testemunhou a destituição do prefeito eleito Elmano Ferreira Veloso e a nomeação, pelo governador, do brigadeiro reformado Sérgio Sobral de Oliveira ao cargo de prefeito da cidade. Contudo, curiosamente, a justificativa que legitimou tal ato foi o título de “estância hidromineral” outorgado a cidade muitos anos antes e, desde então, questionado.¹ (FARO, 2008)

Não apenas a cidade de São José dos Campos, mas por toda a região do Vale do Paraíba há casos ilustrativos de múltiplas formas de arbitrariedades praticadas durante o período ditatorial. Como, por exemplo, perseguições a estudantes, jornalistas e parlamentares. Contudo, como dito anteriormente, para esta pesquisa nos focaremos na atuação e organização da perseguição e repressão aos trabalhadores, e as suas organizações.

De início, logo após o golpe civil-militar, diversas confederações, federações e sindicatos de classe sofreram intervenções. Segundo o cientista político Kenneth Paul Erickson:

¹ Em consequência, surgiu na cidade um forte movimento para que a mesma deixasse de ser estância hidromineral, já que o título se tornou um impedimento para a realização de eleições para o cargo de prefeito.



o governo interveio em 67% das confederações, em 42% das federações e em apenas 19% dos sindicatos. (...) o Ministério interveio em 70% dos sindicatos com mais de 5.000 membros; em 38% dos com 1.000 a 5.000 membros; e em apenas 19% daqueles com menos de 1.000 membros. O governo militar simplesmente decapitou o movimento trabalhista radical. (ERICKSON, 1979, apud SANTANA, 2008, p.281)

Ainda no governo Castelo Branco, o primeiro após o golpe, foram decretadas uma série de medidas que a longo prazo se mostrariam sérias investidas contra os trabalhadores e as suas organizações. Foram substanciais as implementações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e o “arrocho salarial”. O FGTS decretava o fim da estabilidade no emprego. Dessa forma passava a incentivar a alta rotatividade de mão de obra, o que, inevitavelmente, dificultava a possibilidade de uma ação sindical mais combativa. Enquanto que a política do “arrocho salarial” foi adotada como política econômica de contenção da inflação. (SANTANA, 2008)

Como dito anteriormente, nesse período a região do Vale do Paraíba encontrava-se em expansão industrial. Portanto, passaram a surgir na região importantes sindicatos e entidades de classe. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, que como veremos se tornaria um dos principais impulsionadores do movimento operário na região, surge em 1956. Até o golpe, o Sindicato dos Metalúrgicos havia realizado apenas uma greve em 1963, prevalecendo o traço “assistencialista” produto da era getulista. Com o golpe, o Sindicato não chega a sofrer nenhum tipo de intervenção militar e, devido a nova conjuntura, intensifica-se seu viés “assistencialista”. Chegando inclusive a barrar mobilizações propostas pelos trabalhadores. (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO, 2006)

Após o golpe e com o crescente endurecimento do regime ditatorial, o movimento dos trabalhadores viverá um longo período de ações furtivas em que greves, como as de Contagem e Osasco em 1968, despontaram apenas isoladamente. No entanto, a partir da década de 1970, diversas crises levaram a extenuação do modelo denominado “milagre brasileiro” fazendo com que a ditadura começasse a refluir.

Em 1974, com a chegada ao poder do general Ernesto Geisel é proposta a abertura democrática de forma “lenta e gradual”. Mas, os trabalhadores

irromperiam de forma surpreendente, como ressaltava Santana:

quando os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve em 1978, abrindo caminho para a paralisação que se seguiu em outras categorias, eles rompiam com os limites estreitos estabelecidos pela lei antigreve, com o “arrocho salarial” e o silêncio geral ao qual havia sido forçada a classe trabalhadora. Com isso, eles impactaram alguns dos pilares de sustentação política e econômica da ditadura militar. (SANTANA:2008, p.296)

A partir das mobilizações de 1978 o movimento dos operários metalúrgicos espalhou-se por diversas categorias pelo país. Em 1979, a participação dos trabalhadores irrompeu de vez na política nacional. Era o início do chamado “novo sindicalismo”.

O movimento iniciado pelos metalúrgicos do ABC paulista irradiou-se para todos os grandes centros industriais, inclusive, para a região do Vale do Paraíba. A região durante toda a década de 1980 foi sacudida por diversas mobilizações impulsionadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. Como por exemplo, as greves de ocupação realizadas na General Motors, Embraer e National, no ano de 1984. (SINDMETALSJC, 2006)

Simultaneamente ao ascenso do movimento operário aumentou-se a perseguição e a repressão aos trabalhadores na região. Sindicalistas foram presos. Grevistas demitidos. Greves de ocupação como a ocorrida na Embraer foram reprimidas pelo exército que adotou a tática de invadir a empresa forçando a saída dos trabalhadores.

Não obstante, os trabalhadores que eram demitidos não conseguiam ser contratados por outras empresas, ou, quando conseguiam, eram demitidos repentinamente sem nenhuma explicação. Tal prática foi constante no período ditatorial o que levou os trabalhadores a desconfiarem da existência de uma chamada “lista negra” compartilhada de alguma maneira pelas empresas da região. Dessa forma, ao mesmo tempo em que as empresas evitariam a contratação de possíveis trabalhadores *combativos*, a prática serviria também como mais uma forma de punição e intimidação ao trabalhadores.

Nesse instante chegamos ao ponto nodal desse trabalho. No qual, as já citadas características da região do Vale do Paraíba –



centro industrial e militar – somam-se a crise da década de 1980, em que a ditadura militar em franco declínio propõe uma transição “gradual e lenta” ao mesmo tempo em que é tensionada pelo ascenso do movimento operário. Nesse contexto materializa-se o Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba – CECOSE-VP, dispositivo responsável por reunir mensalmente os chefes de segurança das empresas instaladas na região, representantes das forças armadas e das polícias militar e civil.

A descoberta da existência do CECOSE-VP se deu pela iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região de instaurar uma Comissão da Verdade para apurar as denúncias e suspeitas de trabalhadores perseguidos durante a ditadura militar. Um dos principais temas envolvia a comprovação documental da possível colaboração das empresas com a ditadura e a existência de uma “lista negra” para impedir que trabalhadores demitidos de uma empresa pudessem ser contratados por outra.

Em pesquisa no fundo do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - CISA que encontra-se no Arquivo Nacional - AN, o grupo de pesquisadores da Comissão da Verdade do Sindicato dos Metalúrgicos levantou uma série documental de relatórios, denominados “Informações”, produzidos por operadores de informação que repassavam os principais temas abordados nas reuniões do CECOSE-VP para a comunidade de informações da Aeronáutica.

Com base nessa documentação é possível ter uma breve descrição do que era o CECOSE-VP:

Existe um Centro Comunitário de Segurança no Vale do Paraíba – CECOSE-VP, que foi criado pelas indústrias e congrega indústrias da região do Vale, algumas de São Paulo e outras regiões. Frequentam como convidados integrantes de diversos órgãos de informações – Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Estadual. O CECOSE-VP, tem por hábito reunir-se mensalmente em diferentes locais, com finalidade de trocar dados sobre segurança patrimonial e industrial. (Informe no.114/Al-CTA/85, de 02 de outubro de 1985. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, p. 1, BR_AN_BSB_VAZ_128A_0121)

Igualmente, a documentação nos permite ter uma indicação dos participantes desse organismo, mas não cita os nomes:

Este OI [operador de informação] no dia 06 Jul 83, atendendo convite do Chefe de Segurança da Indústria Villares S/A, participou pela primeira vez da Reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba, composta por elementos de segurança e informações de grandes Empresas da região, destacando-se entre elas: AVIBRAS S/A; CATERPILLAR S/A; CONFAB S/A; EMBRAER S/A; ENGESA S/A; RHODIA S/A; FORD S/A; ERICSON S/A; F.N.V S/A; GENERAL MOTORS S/A; PETROBRAS S/A; JOHNSON S/A; KODAK S/A; PHILLIPS S/A; TELES P S/A; VILLARES S/A; VOLKSWAGEN S/A; EMBRAPE S/A E VIBASA S/A, além de várias Unidades do Exército, do Centro Técnico Aeroespacial e das Polícias Militar, Civil e Federal, representadas pelos respectivos Chefes dos Ois. (Info no.042/SIS/EEAer/83, de 16 de julho de 1983. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, p.1, BR_AN_BSB_VAZ_026A_0194.)

Cabe ressaltar que embora na Informação apareçam os nomes de dezenove empresas, na análise da série documental aparecem pelo menos mais seis, totalizando vinte e cinco empresas ao longo do período de dois de anos de relatórios das atividades do CECOSE-VP.

Do mesmo modo, nos relatórios pode-se observar alguns dos objetivos que justificam a existência do organismo:

g – Foi amplamente discutido pelos presentes, a necessidade do Centro Comunitário se organizar e ampliar cada vez mais suas atividades, inclusive poder contar com o amplo apoio dos Órgãos Oficiais de Informações, uma vez que a organização do inimigo é um fato consumado, e se o mesmo não acontecer com o Centro Comunitário, em pouco tempo não haverá condições para se manter o controle e nem mesmo a disciplina nas empresas. (Info no. 045/SIS/EEAer/83, de 05 de agosto de 1983. Arquivo Nacional, Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, p. 2-3, BR_AN_BSB_VAZ_026A_0200p.)

Em sua ampla maioria os temas abordados nas reuniões dizem respeito a troca de informações entre os membros do CECOSE-VP sobre o movimento operário, os trabalhadores e suas organizações:



1. Os militantes do ALICERCE DA JUVENTUDE SOCIALISTA (AJS), abaixo relacionados, foram funcionários da EMBRAER:

- ANTONIO DONIZETTI FERREIRA, demitido em 21 JUL 83;
- ARALDO TODESCO, demitido em 21 JUL 83;-
- MIRIAM O. LAZARIM, demitida em 21 JUL 83;
- SAMIR GHATTAS, admitido em 18 JUL 83 e demitido em 02 SET 83;
- JOSE BENEDITO DE OLIVEIRA, demitido em 12 AGO 8J.

2. JOÃO BATISTA VIALTA, militante do AJS, continua como funcionário da EMBRAER. (Info. n. 2194 – S/102-A6-CIE, de 13 de setembro de 1983. DI_ ACE_37_308_83)

Contudo, a série documental não nos permite afirmar claramente diversas questões relacionadas ao CECOSE-VP. Inclusive, não se pode afirmar com exatidão o período de funcionamento do organismo, afinal, mesmo que a documentação tenha uma data de início – 16 de julho de 1983 – e uma data final – 27 de setembro de 1985 – não fica claro se o organismo já existia antes ou até quando continuou suas atividades.

Conclusão

Há um tempo as pesquisas históricas acerca do período ditatorial iniciado em 1964 tem apontado a colaboração de setores civis da sociedade no golpe de 1964, inclusive denominando-o de golpe civil-militar.

Mais a fundo, alguns trabalhos apontam para a colaboração financeira entre setores da sociedade-civil e as forças armadas. Nesse sentido, há casos célebres como o do famoso empresário Henning Boilesen, executivo do Grupo Ultra e acusado de ser o mentor de um esquema de financiamento entre empresários para o aparelhamento da Operação Bandeirantes – OBAN em São Paulo.

No que diz respeito a região do Vale do Paraíba, a documentação que comprova a existência do CECOSE-VP corrobora a existência, durante a ditadura militar, de colaboração entre setores da sociedade-civil e militares. Nesse caso, o CECOSE-VP tinha por objetivo a manutenção da ordem nas indústrias da região. Para isso, na documentação também há indícios de colaborações financeiras. Contudo, como é comum nesses casos, a documentação não deixa isso explícito. De mesmo modo, a questão da existência de uma “lista negra” com nomes de

trabalhadores demitidos por perseguições políticas aparece nos documentos de forma subjetiva. Ou seja, a partir do momento em que informações com nomes de demitidos estão sendo repassadas cabe a outra empresa decidir se futuramente contrata ou não aquele trabalhador.

Por fim, aspirando a uma interpretação materialista da história, cabe um questionamento a ser aprofundado a partir do caso CECOSE-VP: se o golpe e o regime foram civil-militar, qual classe social se beneficiou dele?

Referências

- FARO, I. Elmano Ferreira Veloso. In: QUEIROZ, A. V. (Org.). **Com a palavra o prefeito: perfis e depoimentos dos políticos que governaram São José dos Campos**. 1ed. São José dos Campos: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2008, p.43-63.

- FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 24, n. 47, p.29-60, 2004.

- FUNDO CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

- SANTANA, M. A. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**. Florianópolis, V. 1, p. 269-309, 2008.

- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO. **Revista Comemorativa de 50 anos de fundação - 1956/2006**. Disponível em: <http://issuu.com/sindmetalsjc/docs/revista>. Acesso em 13 mai.2014.

- SOUZA, A. A. M.; COSTA, W. M. Atividades Industriais no Interior do estado de São Paulo: uma análise da formação do complexo tecnológico-industrial-aeroespacial de São José dos Campos. In: COSTA, S. M. F.; MELLO, L. F. (Org.). **Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos**. 1ed. São José dos Campos: Intergraf, 2010, p. 87-108.